



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A ESTABILIDADE, COORDENAÇÃO E GOVERNAÇÃO ECONÓMICA

**(Conferência do artigo 13º do Tratado sobre a Estabilidade,
Coordenação e Governação na União Económica e Monetária)**

Estónia - Taline, 29 a 31 de outubro de 2017

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência Estónia do Conselho da União Europeia, realizou-se em Taline a Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação Económica, prevista no artigo 13º do Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária (UEM). A Assembleia da República aceitou o convite a participar dirigido a S.Exa. o PAR pelo Presidente do *Riigikogu*, tendo designado uma delegação com a seguinte composição:

- pela Comissão de Orçamento Finanças e Modernização Administrativa (COFMA): Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da COFMA e Chefe de Delegação; Deputado Duarte Pacheco (PSD), Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia da República;
- pela Comissão de Assuntos Europeus (CAE): Deputada Margarida Marques (PS), Vice-Presidente da CAE; Deputado António Costa e Silva (PSD);
- pela Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS): Deputada Carla Barros (PSD); Deputada Carla Tavares (PS);
- em representação do Grupo Parlamentar do BE (designação rotativa de modo a assegurar a participação dos Grupos Parlamentares de menor dimensão): Deputada Isabel Pires (BE)

O apoio técnico foi prestado pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Correia, e pela Assessora Parlamentar da CAE, Catarina Ferreira Antunes.

Segunda-feira, 30 de novembro de 2017 – Sessão de Abertura

A Conferência iniciou com o discurso de abertura proferido pelo Senhor Presidente do Parlamento da Estónia, o *Riigikogu*, **Eiki Nestor**, que apelou à necessidade de cooperação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

entre os Estados-Membros, também na sua dimensão parlamentar, para realizarem mais em conjunto, através da colaboração para alcançar interesses comuns.

De seguida, o Senhor Vice-Presidente da Comissão de Finanças do *Riigikogu*, **Remo Holsmer**, referiu as regras para participação no debate e os procedimentos da Conferência, a sequência de sessões previstas e convidados para os respetivos painéis.

Sessão I – Futuro da União Económica e Monetária (UEM)

O Comissário Europeu responsável pelo Euro e Diálogo Social, **Valdis Dombrovskis**, deu início a esta sessão com referência aos documentos de reflexão sobre o futuro da Europa em geral e da UEM em particular, reforçado no recente discurso sobre o Estado da União. Referiu as várias ferramentas que estariam à disposição ao nível nacional e europeu para alcançar os objetivos desejados na UEM, referindo que a maioria dos instrumentos disponíveis ainda se encontram no plano nacional. Referindo a recente retoma de crescimento económico, alertou para a necessidade de melhorar a *performance* das economias, referindo que a UEM não é um fim em si, mas um meio de atingir o bem-estar económico e social, a criação de empregos, etc. Indicou que a União Bancária (UB) e a União do Mercado de Capitais (UMC) completas seriam necessárias para absorver futuros choques e evitar que os contribuintes tenham de voltar a suportar os custos de uma má gestão bancária.

Passou então a palavra ao antigo Ministro das Finanças da Estónia, **Jurgen Ligi**, que partilhou a sua experiência no cargo que tinha desempenhado no anterior governo, exercido durante o período da crise financeira e da estratégia seguida para minorar o impacto desse evento na economia do seu país.

No debate que se seguiu, foi passada a palavra aos Deputados reunidos que solicitaram intervenção, nomeadamente:

- **Pervenche Berès** do Parlamento Europeu (PE), que referiu o artigo 4º do Tratado sobre a Estabilidade (relação entre a dívida pública e o PIB e o procedimento por défice excessivo) e a necessidade de acompanhamento das evoluções na implementação de reformas nacionais; e

- **Paolo Guerrieri Paleotti** (IT) referiu a necessidade de completar a UEM, a resiliência da área euro e capacidade de absorção de choques, completando a UB (compromisso reduzir e partilhar riscos) – para além das reformas estruturais, seria necessário ir mais além na intervenção para aprofundamento para desafios futuros.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

A palavra regressou à mesa para **Roberto Gualtieri**, o Presidente da Comissão ECON do Parlamento Europeu (PE) realizar a sua apresentação, tendo referido o contexto atual em que a recuperação económica ocorre em simultâneo com a pesada herança da crise económica: desemprego elevado, baixos salários e desigualdade social. Da necessidade de gerir as crises indicou como prioritário a constituição de um “Fundo Monetário Europeu” para responder a situações de modo autónomo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da incorporação dos mecanismos de estabilização do Pacto de Estabilidade no enquadramento legal comunitário, de modo a melhorar a transparência e escrutínio desses fundos, reformar os instrumentos do “two pack” (pacote legislativo para a estabilidade orçamental) e conseguir a estabilização através do investimento público. Indicou que o PE apoia a incorporação de uma função de convergência nas políticas e instrumentos da União, tendo ainda referido a questão da transposição do Tratado para o ordenamento jurídico europeu (uma vez que o Tratado foi celebrado ao nível multilateral entre os Estados-Membros signatários, não tendo existido unanimidade para permitir a sua adoção ao nível da UE), e da redundância de transposição do título III do Tratado (relativo ao pacto orçamental) a partir do momento em que for realizada a transposição do título IV (sobre a convergência e coordenação das políticas económicas). Referiu ainda a redundância da integração das disposições orçamentais na legislação europeia a partir do momento em que todos os Estados-Membros já realizaram as necessárias adaptações nas legislações nacionais para se conformarem com as disposições do Tratado, o que já teria sido realizado. Referiu ainda a questão de um “Ministro das Finanças Europeu” e do seu interesse, entre outras áreas, da perspectiva de transparência e responsabilização.

De regresso às intervenções dos Senhores Parlamentares, pediram a palavra:

- **Pedro Saura** (ES) que salientou a questão da produtividade (na sua opinião medíocre) e competitividade, bem como da estabilização da procura e da economia através de uma função orçamental, concordando com a inclusão de uma função orçamental ao nível europeu;

- **Maria João Rodrigues** (PE) que sublinhou o momento oportuno de realização da conferência face a decisões prestes a serem tomadas ao nível do PE e Conselho, os desafios da convergência e da coesão social, considerando que a capacidade orçamental deveria ser incluída na discussão do orçamento da CE, bem assim como a capacidade própria;

- **Dimitros Mardas** (EL) interveio destacando a importância do respeito pelas regras do Tratado, incluindo os limites aos défices. Aludiu à contradição entre a necessidade de baixar as despesas e importações, de modo a controlar o orçamento, conjugada com a necessidade de aumentar o consumo de modo a incentivar o crescimento. Considerou que a questão das decisões ao nível europeu serem tomadas por maioria qualificada poderia criar contradições entre setores e regiões;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

- **Norbert Bräckmann** (DE) considerou necessário existirem cautelas relativamente ao atual período de crescimento;

- **Aivar Soerd** (EE) sublinhou a importância de aproveitar o ambiente económico favorável para melhorar as regras existentes e torná-las mais eficazes para fazer face a futuras crises;

- **Christos Staikouras** (EL) aludiu ao fortalecimento da UEM e aumento da transparência, reformas coerentes para melhorar capacidade administrativa, mecanismos macroeconómicos para responder a “*investment gaps*” e solidariedade. Aumentar o capital disponível para incentivar o investimento privado e mecanismo de estabilização económica, incluindo de um “FME”;

- **Udo Bullmann** (PE) considerou que se deveria evitar a renacionalização dos instrumentos económicos, referindo a esse propósito um valor acrescentado “funcional” na atuação ao nível europeu, impossível de alcançar na colaboração intergovernamental, com a agravante de existir menos transparência e controlo nesse nível, dando a esse respeito o exemplo da falta de controlo nos processos da Troika e na ausência de supervisão parlamentar;

- **Lord Desai** (UK) iniciou a sua intervenção por agradecer à Estónia ter assumido a presidência do Conselho na vez do Reino Unido, tendo de seguida referido que ao nível europeu haveria pouco mais a fazer, exceto ao nível de criar condições para reformas estruturais e criação de mecanismos fiscais para coordenar melhor as políticas entre Estados-Membros. Considerou ainda que o crescimento atualmente alcançado foi conseguido com base nas medidas tomadas pelo Banco Central Europeu (BCE);

- **Paulo Trigo Pereira** (PT): referiu que se as decisões certas forem tomadas tarde demais deixam de ser as decisões certas. Aludiu à existência de muitas regras ao nível de cada país para questões orçamentais (Pacto de Estabilidade, Tratado Orçamental, etc.) embora faltasse um mecanismo ao nível europeu para responder aos desequilíbrios externos. Finalizou por sublinhar a importância de uma convergência económica real entre os países da EU, em particular da zona euro.

- **Igor Pimenov** (LV) referiu o aumento do intervalo para correção de desequilíbrios macroeconómicos; aludiu ainda à importância do investimento público para criação de incentivos ao investimento privado;

- **Marios Mavrides** (CY) aludiu às diferenças entre os países europeus e as suas prioridades, bem como à necessidade de exigir reformas socioeconómicas ao nível europeu. Na sua opinião seria possível proporcionar mais crescimento com menos despesa;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

- **Eric Woerth** (FR) referiu a importância do problema das dívidas excessivas e da necessidade de tempo para implementação de uma convergência orçamental;

- **Skevi Koutra-Koukoma** (CY) indicou que os cenários apresentados para aprofundamento do mercado interno não tinham bases de solidariedade para coordenação das políticas entre os Estados Membros, sendo necessário, depois da saída dos programas de ajustamento, resolver os problemas deixados pela crise, tais como a exclusão social, redução dos salários médios, etc.;

- **Margarida Marques** (PT) considerou que a integração do Tratado no ordenamento jurídico nacional deveria ser precedido de uma avaliação rigorosa, não sendo suficiente a experiência atual para permitir essa avaliação, que seria necessário introduzir mecanismos de flexibilização das regras para facilitar a aplicação do Tratado, devendo o caso de Portugal ser considerado como exemplar. A coordenação e governação económica deveria ser acrescida a dimensão democrática, não apenas de estabilização mas também de convergência no crescimento, com metas económicas mas também sociais. Finalizou por aludir ao rigor orçamental e à necessidade de estar associado à capacidade orçamental da zona euro no seu todo.

- **Stefan-Radu Oprea** (RO) mencionou a necessidade de uma abordagem inclusiva para os vários Estados-Membros (E-M), quer estivessem dentro ou fora da zona euro, discordando de orçamentos separados, uma vez que isso aumentaria a divergência entre E-M; e

- **Jorgen Andersson** (SE) que considerou que a federalização não seria solução, não sendo a supervisão orçamental na zona euro sinónimo de pleno emprego e crescimento (conforme exemplificado pelo caso do seu país, que manteve o crescimento e nível de emprego embora sem aderir ao euro).

Sessão 2 – Reformas nacionais

A sessão teve início com o discurso de abertura de **Ardo Hansson**, Governador do *Eesti Pank* (Banco Central da Estónia), o qual fez referência à característica pró-europeísta do seu país e do forte desempenho de crescimento e resistência a choques, demonstrando políticas robustas ao nível fiscal e monetário; países europeus a operar no atual ambiente da União conseguiram atingir o topo da lista de *rankings* internacionais económicos e sociais, prova de que é um ambiente benéfico e propício ao crescimento e desenvolvimento. Advertiu no entanto para os desafios de abrandamento de crescimento e da necessidade de absorver choques para fazer face a futuras crises, para os quais seria necessário uma melhor utilização dos recursos existentes de modo a fortalecer a capacidade orçamental. Referiu a questão da quantidade de regras para utilização dos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

instrumentos existentes e do ciclo de investimento próprio, que pode ser demorado e pode não acompanhar o ciclo de crescimento do país. Salientou a importância do apoio às reformas estruturais, apesar do incentivo a essas reformas através de uma ligação ao financiamento comunitário poder ser difícil de operacionalizar. Referiu ainda a necessidade das Uniões Bancária e do Mercado de Capitais serem realizadas ao nível europeu.

A oradora convidada **Mari Kiviniemi**, Vice-Secretária da OCDE, apresentou as perspetivas desse organismo sobre a questão dos programas de investimento e assistência financeira, em especial do ritmo de implementação de reformas estruturais e da sua correlação com o desempenho económico. Considerou os resultados mais recentes otimistas quanto ao impacto positivo das políticas para recuperação da crise, verificando-se um crescimento consistente e crescente desde 2010. Alertou no entanto para a manutenção dos problemas de crédito malparado e da fraca recuperação do investimento privado, agravado pelo decréscimo do investimento público, produtividade e salários, especialmente em empresas “tradicionais” (*non-frontier*). Referiu o aprofundamento das divergências regionais entre países da OCDE e, dentro de alguns países, entre regiões. Indicou que nos países mais afetados pela crise houve um abrandamento das reformas estruturais e recomendou que se “empacotasse” as reformas, i.e., que se fizesse a implementação simultânea em mais de uma área de modo a coordenar reformas complementares em áreas conectadas. Indicou a energia e o digital como áreas prioritárias para investimento público-privado na UE. Considerou que deveria ser reforçada a área financeira da União, nomeadamente completar a UB e a UMC. Aludiu ainda ao apoio aos cidadãos da UE para enfrentar a globalização (*upskilling* e *retraining*). Fez referência à importância dos fundos estratégicos europeus para apoiar o crescimento e aliviar os efeitos da crise, embora considerasse necessário serem apoiados por reformas, com as regiões a participarem ativamente na identificação dos seus próprios problemas (apresentação em *power point* disponível para consulta em: <https://www.parleu2017.ee/sites/default/files/inline-files/II%20Session%20-%20Kiviniemi%202017.10.30%20Slides%20DSG%20Tallinn.pdf>).

Foi passada a palavra aos Senhores Parlamentares reunidos para intervenções no debate, registando-se questões colocadas por:

- **Maria Plass** (SE), que questionou qual a melhor forma de conseguir bons resultados na combinação de reformas estruturais;

- **Janis Vucans** (LV) considerou que seria difícil implementar reformas estruturais com efeitos a longo prazo com base em medidas com impacto orçamental imediato, obrigando a um esforço fiscal maior. Manifestou-se cético em relação à possibilidade de suspender os fundos caso as reformas não fossem implementadas, nomeadamente sobre o impacto que essa medida teria, podendo eventualmente agravar divergências. Referiu a questão da equidade entre contribuintes líquidos e beneficiários líquidos do financiamento europeu;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

- **Lord Desai (UK)**, que declarou que o problema do declínio de crescimento não é apenas europeu, tendo questionado se estaríamos a medir (o crescimento de produtividade) de forma errada, considerando a mudança de criação de valor da indústria para os serviços e, dentro dos serviços, para o digital. Perguntou ainda se seria razoável continuar a esperar aumento de produtividade nesses contextos;

- **Dimitrios Mardas (EL)** referiu os instrumentos financeiros como incentivo ao crescimento num contexto global; alertou para a necessidade de financiamento da educação e saúde no quadro europeu;

- **Peter Boehringer (DE)**, que aludiu à aliança de países europeus e da contribuição do BCE, alertando para a falta de supervisão da sua atuação;

- **Carla Barros (PT)**, que solicitou a palavra para partilhar a necessidade de conseguir convergência e coerência nas medidas de assistência financeira da UE, de continuar a fazer “mais e melhor” em conjunto, praticamente com os mesmos recursos disponíveis. Apesar dos resultados alcançados com as políticas de coesão, referiu a importância que continuam a ter o emprego, a inclusão social, o desenvolvimento de competências, a investigação e a inovação. Alertou para os conflitos que poderiam advir de diferenças ao nível social e económico e da obrigação de reformas ao nível da UE para as corrigir, de modo a alcançar o melhor cenário em conjunto.

- **Christian Petry (DE)** referiu as reformas estruturais e o risco de aumento da precariedade, motivo pelo qual considerou importante a inclusão de medidas sociais;

- **Christos Staikouras (EL)**, que questionou se os multiplicadores fiscais seriam suficientes, mesmo utilizados corretamente, como base para relançar programas de crescimento;

- **Paolo Guerrieri Paleotti (IT)** aludiu à diferença entre reformas que incentivam a procura e as que a desencorajam ou até destroem, podendo prejudicar o crescimento económico num momento de crise. Alertou para as necessárias cautelas de efetuar a reforma do mercado laboral, podendo ser bastante prejudicial num contexto de contração fiscal.

- **Margarida Marques (PT)** centrou as suas questões no modelo de supervisão democrático de modo a reforçar o papel do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais, salvaguardando o respeito pelos modelos democráticos de cada Estado-Membro. Referiu que se deveria avançar de um Mecanismo Europeu de Supervisão para um Fundo Monetário Europeu, num contexto de governação económica global e afastando o modelo intergovernamental de governação. Finalmente agradeceu as intervenções da representante da OCDE, sublinhando a recuperação do setor financeiro e a necessidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

de completar a União Bancária de modo a melhorar o apoio aos cidadãos num contexto de globalização.

- **Eric Woerth** (FR) perguntou à mesa qual a sua posição sobre a manutenção do papel da UE enquanto investidor.

- **Paulo Trigo Pereira** (PT): comentou a evolução dos países com programas de ajustamento e a passagem de um modelo de “ajustamento” para um modelo de normalização numa perspetiva de política orçamental, com utilização dos fundos europeus em contraciclo de modo a corrigir os constrangimentos (“bottlenecks”) identificados no desenvolvimento, incluindo assimetrias regionais. Aludiu ainda à necessidade de transparência na utilização de fundos, referindo o exemplo dos incêndios recentes em Portugal como um caso em que os mesmos não foram aproveitados para os fins a que se destinavam, com consequências trágicas para os que sofreram com a falta de preparação.

- **Marios Mavrides** (CY) referiu que, ao contrário da demolição de edifícios realizada quando os mesmos sofrem de fragilidades na sua estrutura, não se poderia deitar abaixo os países para resolver os seus problemas estruturais.

A mesa e oradores responderam às questões colocadas, com particular destaque par a resposta de **Ardo Hansson** quanto à possibilidade de utilizar os vários níveis de decisão e financiamento – local, central/nacional e europeu – para lançar projetos em ciclos diferentes mas complementares que estabilizem a economia e a tornem mais resistente aos choques externos.

Terça-feira, 31 de novembro de 2017 – Sessão 3 – Fiscalidade eficiente

Deu início a esta sessão o “keynote speaker” **Dmitri Jegorov** Secretário-Geral delegado de Política Fiscal e Aduaneira do Ministério das Finanças da Estónia, que começou por dar um enquadramento da experiência da administração fiscal do seu país no processo de implementação de um sistema eletrónico de submissão de declarações fiscais e de transição para um sistema digital no relacionamento com os contribuintes, iniciado em 2000, desde necessidades de recursos humanos às exigências tecnológicas, princípios de auditoria e de avaliação de desempenho; *datamining* para avaliação de riscos e seleção de contribuintes para inspeção (não realizam auditorias aleatórias, antes selecionam com base em indícios de risco de incumprimento), com redução da percentagem de impostos não cobrados (estimado para o IVA em 5%) e melhoria da gestão de receitas – maior eficiência na redução do período entre a contração da dívida fiscal e a sua cobrança, incluindo métodos tais como a publicação de lista de devedores e rapidez no levantamento de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

processos logo que a dívida esteja regularizada (apresentação para consulta em: <https://www.parleu2017.ee/sites/default/files/inline-files/Efficient%20tax%20administration%20InterParlConf%20Oct%202017%20Jegorov.pdf>).

A segunda apresentação no painel foi realizada por **Maria Teresa Fábregas**, Diretora da Administração Fiscal e Fiscalidade Indireta na DG União Alfandegária e Fiscalidade da Comissão Europeia. Referiu a questão da perda de receitas entre os montantes devidos e os efetivamente recebidos, estimado em milhões de euros, bem como as soluções propostas para aumentar a transparência e simplicidade do sistema, incluindo desafios lançados pelo comércio eletrónico, modernização e eficiência dos métodos de coleta, assente no princípio da entrega voluntária, facilitando as vias que permitam aos contribuintes pagarem os seus impostos, reduzindo os custos e obstáculos ao cumprimento das obrigações (colocar o contribuinte no centro do sistema, com sistemas de apoio, informação e facilitação). Concluiu que o objetivo principal de uma administração fiscal deve ser facilitar o processo de cobrança e melhoria do relacionamento com o contribuinte.

Como membro da mesa, **Philippe Dallier**, Vice-Presidente do *Senat*, referiu a experiência de reforma do sistema fiscal em França, incluindo as dificuldades encontradas, algumas das quais devido à complexidade do sistema de apuramento de receitas fiscal, que inclui deduções à coleta e diferenças de taxa em função da composição familiar e outros fatores que poderão nem ser do conhecimento do empregador (nem têm de o ser). Em relação à economia colaborativa (Uber, AirBn'B), referiu a experiência de implementação de um sistema automático de identificação e cobrança de receita, numa base voluntária, distinguindo os contribuintes profissionais dos pequenos contribuintes (de acordo com limites de receita anual). Referiu a questão dos grandes operadores como Amazon e eBay e do facto de uma parte substancial das suas receitas não serem taxadas.

No debate que se seguiu, solicitaram a palavra para intervir e solicitar esclarecimentos os seguintes Senhores e Senhoras Deputados:

- **Pedro Saura** (ES) manifestou o seu interesse pela questão da análise de informação tributária, sobretudo da perspetiva da equidade do sistema, perguntando por eventuais avaliações da sua utilização para eventuais isenções ou reduções automáticas;
- **Christos Staikouras** (EL) centrou as suas questões na evasão fiscal e nos mecanismos para evitar a fraude e facilitar o processo de cobrança;
- **Emanuel Mallia** (MT) levantou a questão dos procedimentos de cobrança ao nível da União e dos incentivos a uma maior colaboração, da ameaça à soberania fiscal, e dos perigos de perda de receita, um risco especial para os pequenos estados como o caso do seu país. Apelou ao ajustamento das propostas existentes ou planeadas na área da colaboração fiscal de modo a salvaguardar essa soberania;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

Duarte Pacheco (PT) referiu o investimento realizado em Portugal para modernização do sistema fiscal e melhoria do processo de declaração. Sublinhou o facto de esse assunto ser debatido anualmente no parlamento, por ocasião do escrutínio parlamentar do relatório sobre a fraude fiscal elaborado pelo Governo. Quanto à questão da transparência e da perceção dos contribuintes sobre a justiça fiscal, considerou importante não deixar de fora os grandes contribuintes, e que ao nível Europeu é fundamental apostar na harmonização fiscal no combate global a offshores, evitando-se distorções fiscais no espaço da União;

Aivar Soerd (EE) solicitou a palavra para referir a questão do equilíbrio entre o controlo da fraude e de um sistema fiscal que não penalize os pequenos contribuintes;

Dimitros Mardas (EL) referiu as faturas proforma e a periodicidade de cobrança e informação, enquanto mecanismos para evitar a evasão fiscal;

Igor Pimenov (LV) colocou uma questão específica sobre o sistema fiscal da Estónia, nomeadamente em relação a cidadãos que estejam destacados, e das soluções tecnológicas para gestão da base de dados fiscal;

Ralph Briknkhaus (DE) referiu os exemplos dados como boas práticas na eficiência fiscal, alertando para os problemas de dívidas fiscais, *tax dumping* e práticas desleais ao nível fiscal entre E-M, apelando a uma base comum para a fiscalidade de corporações, pedindo informação sobre o sistema *reverse-charge* e quanto à intenção da Comissão o implementar ou não;

Pervenche Beres (PE) referiu os riscos da tecnologia e das oportunidades, entre a otimização da cobrança e a possibilidade de ser explorado para fraudes e fuga fiscal, num contexto de restrições orçamentais;

Antonio Misiani (IT) referiu a questão dos grandes contribuintes e a automação dos procedimentos, incluindo as entregas voluntárias, tem do considerado que, num país como o seu, com uma grande tradição de fuga e evasão fiscal, foram visíveis e muito positivos os resultados. Referiu a tentativa de introdução de uma *webtax* com uma *flat-rate* para plataformas colaborativas. Apoiou as iniciativas comunitárias para taxar a economia digital e capturar valor de grandes operadores;

Martti Talja (FI) aludiu à flexibilidade de novos modelos de criação de valor e da cobrança de impostos, de modo a incentivar o investimento e desenvolvimento de negócios sem prejudicar a receita fiscal;

Marios Mavrides (CY) declarou que seria possível melhorar os sistemas pela redução do nível de impostos, considerando que um sistema eficiente seria um sistema mínimo, referindo outros fatores a ter em conta para a avaliação dos mesmos;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

Eric Woerth (FR) considerou que a complexidade de um sistema pode influenciar a facilidade da sua automação, incluindo sistemas de controlo e apoio que devem ir além das iniciativas europeias, referindo a BEPS (*base erosion and profit shifting*) e a concorrência fiscal;

Kai Jan Krainer (AT) referiu que o nível da fiscalidade ótimo deve ser determinado pelas tarefas a realizar, considerando o nível europeu como o mais eficiente para um certo nível de harmonização entre E-M para evitar distorções.

A palavra regressou à mesa e aos oradores convidados para resposta às questões levantadas.

Sessão IV – Desafios para o orçamento da UE

Deu início à última sessão o Comissário **Gunther Oettinger**, responsável pelos Recursos Humanos e Orçamento, anteriormente também pelo Mercado Único Digital, que referiu o planeamento do próximo quadro financeiro multianual, onde se identificaram duas questões, nomeadamente a falta do Reino Unido na contribuição para o orçamento e por outro lado a insuficiência da despesa dos programas para promover a resolução de problemas sociais. Indicou que a resolução desses *gaps* simultâneos de receita e despesa seriam o principal desafio orçamental do próximo programa quadro pós-2020. Explicitou a sua posição de que deveria ser proposto uma participação dos Estados membros para o orçamento comunitário na ordem dos 1.23%. Referiu a maior eficiência orçamental da execução de certas despesas ao nível da UE, com economias de escala e eliminação de duplicação, destacando exemplos de infraestruturas transfronteiriças, incluindo no domínio digital, que possam ser melhor executadas e geridas à escala europeia, em especial em situações que possa ser demonstrado o “valor acrescentado europeu”, em especial na convergência de regiões desfavorecidas, referindo o exemplo da rede ferroviária de alta velocidade, aludindo à transparência de despesa e da aceitação pelos contribuintes europeus das justificações apresentadas. Na questão das isenções de contribuições e do período de vigência das mesmas, indicou que o Reino Unido seria o principal beneficiário desses mecanismos, pelo que a saída da *mother of all rebates* poderia sinalizar o fim de todas as isenções e reduções semelhantes. Referiu o do atraso na implementação do anterior programa quadro devido a dificuldades de acordo quanto às regras para a sua execução, havendo por isso a oportunidade de desde já fixar as regras de modo a evitar os problemas de transição em 2020. Na utilização de fundos ao nível europeu, considerou existirem benefícios comuns superiores ao montante líquido do financiamento recebido por cada país. Finalizou por indicar que, sem compromisso e perspectiva do bem comum, não seria possível haver progresso ao nível europeu.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

A oradora seguinte, **Isabelle Thomas** da Comissão de Orçamento do Parlamento Europeu e relatora do documento de reflexão sobre o futuro das finanças da UE, referiu os desequilíbrios entre os objetivos que o orçamento da União pretende alcançar e a sua dimensão, redução constante ou estagnação, não sendo essa situação compatível com a crescente ambição dos objetivos para a União. Deste modo, seria necessário reforçar o orçamento para responder a novos desafios de migração, coesão social, etc. A saída do Reino Unido teria que ser compensada por novas medidas para reforçar as receitas, aumentando simultaneamente a transparência, referindo ainda a questão das receitas próprias. Considerou perversa a perspetiva de orçamento nacional versus europeu, num confronto anual entre os E-M nas negociações em Conselho, que a perspetiva terá de ser de colaboração, atendendo às vantagens que todos retiram do valor acrescentado europeu. Referiu os mecanismos de controlo do orçamento disponíveis para o PE, e da opacidade de uma parte da “constelação” de fontes de financiamento do orçamento, uma parte substancial dos quais fora do controlo e fiscalização parlamentar. A esse propósito referiu a importância do escrutínio parlamentar, da dupla exigência de flexibilidade e visibilidade, que não seria possível novas prioridades sem novos meios orçamentais. Desafiou os colegas parlamentares reunidos a efetuar essa reflexão, sobre o papel a desempenhar pelos Parlamentos nacionais, considerando que um bom orçamento deve também reunir os contributos políticos quanto a prioridades referendadas pelos cidadãos nas suas escolhas eleitorais.

- **Olle Felten** (SE) afirmou que mais dinheiro não seria a solução, que o orçamento atual deveria ser utilizado de modo mais eficiente, com mais qualidade, não concordando com o lançamento de novos impostos ao nível europeu;

- **Maria del Mar Angulo** (ES) recordou o repto demográfico e dos desafios colocados a alguns E-M que têm de enfrentar uma população crescentemente envelhecida, bem como das soluções fiscais para uma sociedade onde os beneficiários tenderão a exceder os contribuintes. A esse propósito referiu a questão dos serviços a disponibilizar e da sua qualidade, da luta contra a desertificação, entre outras questões;

- **António Costa Silva** (PT) referiu que as prioridades da União Europeia têm de ser apoiadas pelo crescimento económico, devendo as mesmas estar centradas nas pessoas, sendo esse o seu fator distintivo em relação a outras regiões. Considerou absurdo lançar novos impostos ou aumentar a carga fiscal sobre os cidadãos ou sobre as empresas, devendo a Europa crescer e exportar mais, de modo a gerar mais riqueza, conseguindo em simultâneo responder aos desafios crescentes, desde as alterações climáticas às mudanças no mercado de trabalho. A Europa deverá manter-se centrada, mantendo a competitividade, inovação e conhecimento, defendendo o espaço de valores europeus, reforçando a coesão económica, social e territorial, promovendo a educação e sistemas sociais equitativos. Questionou então se o próximo programa quadro, bem como o pós



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

2027, estaria em condições de responder a todos os desafios colocados pelo futuro e se seria suficientemente flexível para incorporar as mudanças necessárias.

- **Norberto Brackman** (DE) inquiriu pelo motivo das instituições europeias terem de ser financiadas, qual o valor acrescentado que trariam e que justificariam os avultados custos administrativos da União, exigindo que os mesmos fossem explicados e validados por os cidadãos.

- **Dimitrios Mardas** (EL) referiu o orçamento comum para a defesa como exemplo de valor acrescentado de realização de despesas ao nível europeu na racionalização de recursos mas sem perder de vista que os E-M têm de manter a sua capacidade para responder a desafios individuais;

- **Antonio Misiani** (IT) aludiu à questão da gestão de fronteiras e de infraestruturas comunitárias. Afirmou que sem decisões arrojadas não seria possível lançar projetos ambiciosos, que as iniciativas ao nível europeu tenderiam a estagnar caso não existisse uma gestão da relação entre o nível europeu e nacional;

- **Margarida Marques** (PT) referiu as intervenções da sessão como um exemplo do diálogo entre o nível nacional e comunitário, agradecendo as intervenções realizadas pelos representantes da Comissão Europeia. Aludiu à complexidade da calendarização – Brexit, eleições europeias, ... - bem como aos desafios do contexto atual identificados no Livro Branco sobre o Futuro da Europa, incluindo o Brexit. Colocou algumas questões sobre os recursos próprios, da necessidade de novos meios para atingir novos desafios, dando o exemplo do orçamento para a defesa. Referiu o valor acrescentado da coesão para a promoção de emprego, articulado com um aumento de competitividade, de modo a promover a convergência europeia;

- **Ivan Bartolo** (MT) mencionou a experiência do seu país e dos benefícios colhidos do financiamento comunitário, que excedem avaliações economicistas e que seriam impossíveis de alcançar de modo isolado. Deste modo, urgiu a que fosse reforçada a solidariedade e colaboração entre os E-M, aumentando todos as suas contribuições;

- **Jorgen Andersson** (SE) sublinhou a perspectiva do seu país, enquanto contribuinte líquido, de reforma e maior eficiência de utilização de fundos. Considerou que menos protecionismo e mais comércio seriam formas de alcançar os mesmos objetivos sem aumentar as contribuições;

- **Skevi Koutra-Koukouma** (CY) recordou o aumento de movimentos populistas e xenófobos, que a Comissão aparentava ignorar mas às quais deveria responder, melhorando a qualidade de vida. Inquiriu qual a resposta prevista para a retirada dos EUA do acordo de Paris sobre o clima, bem como a outros desafios comuns, incluindo na educação;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

- **Joel Giraud** (FR) inquiriu sobre as soluções previstas pela CÉ para o *Brexit* e que visão teria para o futuro do IVA, questionando quer os cenários minimalistas quer os maximalistas propostos;

- **Paulo Trigo Pereira** (PT) referiu os objetivos de um orçamento da UE e da necessidade de incorporar a função de estabilização, o que exige uma dimensão superior ao actual e que tenha incorporado “estabilizadores automáticos”, como seja um esquema de seguro de desemprego á escala da União (unemployment insurance scheme) . Questionou a separação entre meios e objetivos, e que o equilíbrio orçamental não deve ser tido como um objetivo em si, mas como um meio. Sublinhou que é necessário distinguir, de acordo com a melhor teoria do “federalismo orçamental, as despesas e receitas que devem ser promovidas a um nível comunitário, incluindo nelas certamente a defesa - que têm a ver com “bens públicos europeus” - ou a agricultura, numa óptica mais redistributiva – daquelas receitas e despesas que deverão ser descentralizadas nos Estados nacionais ou a nível sub-nacional.

- **Momodou Jallow** (SE) aludiu ao impacto social da utilização de fundos, contribuições e transparência de alocação, discordando da utilização de fundos para a militarização europeia ou para E-M que realizam uma má gestão e alocação de fundos;

- **Paolo Guerriero** (IT) referiu o que considerou ser uma relação clara entre valor acrescentado europeu e utilização de fundos, que em articulação com a subsidiariedade seriam a base da construção do projeto europeu. Aludiu à questão de aos fundos europeus serem adicionados os fundos nacionais, não devendo os primeiros substituir os segundos, uma vez que nesse caso estariam a ser empregues para realizar objetivos políticos de nível nacional e não de nível europeu.

Para terminar os trabalhos, após resposta às questões colocadas na última ronda da Conferência, **Remo Holsmer** agradeceu a presença dos Senhores e Senhoras parlamentares reunidos, indicando que a próxima reunião realizar-se-ia em Bruxelas no 1º semestre de 2018, conforme previsto nos procedimentos da Conferência do artigo 13.º, coincidindo com a semana parlamentar europeia e a Conferência sobre o Semestre Europeu.

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2017.

O Chefe de Delegação

(Paulo Trigo Pereira)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Comissão de Trabalho e Segurança Social

A documentação disponibilizada, bem como um resumo das gravações realizadas nos dois dias desta Conferência, estão disponíveis para consulta em:

<https://www.parleu2017.ee/en/events/interparliamentary-conference-stability-economic-coordination-and-governance-european-union>

Foi elaborada em inglês um resumo da reunião, com especial destaque para as intervenções dos oradores convidados: <https://www.parleu2017.ee/sites/default/files/2017-11/Presidency%20Summary%20SECG%20EN.pdf>

